

**A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE LAJEADO NO RIO
TOCANTINS E O PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO
AMBIENTAL XERENTE: a precarização do território indígena
*Akwẽ-Xerente***

**LA CONSTRUCCIÓN DE LA PRESA LAJEADO EN EL RÍO
TOCANTINS Y EL PROGRAMA DE COMPENSACIÓN
AMBIENTAL XERENTE: la precariedad del territorio indígena
*Akwẽ-Xerente***

Marcelo Venâncio

Professor Doutor do Curso de Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Norte do Tocantins
venancio.marcelo@gmail.com

Marcelo Cervo Chelotti

Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e do Programa
de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia.
mcervoachelotti@gmail.com

Resumo

O objetivo deste texto é discutir os efeitos da Usina Hidrelétrica de Lajeado sobre o povo *Akwẽ-Xerente* e como o Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) aprofundou ainda mais os problemas trazidos pela usina. A barragem de Lajeado entrou em funcionamento no ano de 2002, trazendo inúmeros efeitos negativos aos *Akwẽ-Xerente*, principalmente no que se refere à alimentação, pois a alteração do fluxo do rio refletiu negativamente na qualidade e quantidade de roças de várzeas e, também, na quantidade de peixes e outros alimentos disponíveis. Por estar à jusante da barragem, esse povo não foi, *a priori*, considerado atingido, ficando, dessa maneira, às margens do processo de negociação com a empresa construtora. Mas, a partir de muita luta e com o auxílio do Ministério Público Federal, os *Akwẽ* foram reconhecidos como atingidos. Assim, o Programa de Compensação Ambiental Xerente foi uma medida compensatória com o objetivo de amenizar as perdas sofridas por esse povo. No entanto, o Procambix não diminuiu tais efeitos. Pelo contrário, aprofundou ainda mais a precarização do território, pois foi implantado de fora para dentro, sem considerar as especificidades culturais desse povo. O texto está assentado em uma revisão bibliográfica referente à temática proposta, dialogando com as entrevistas feitas com os *Akwẽ-Xerente* que participaram da implantação do Procambix.

Palavras-chave: *Akwẽ-Xerente*. Barragem de Lajeado. Procambix.

Resumen

El propósito de este texto es discutir los impactos de la Central Hidroeléctrica Lajeado en el pueblo *Akwẽ-Xerente* y cómo el *Programa de Compensação Ambiental Xerente* (Procambix) profundizó aún más los problemas que traía dicha central. La presa de Lajeado comenzó a operar en 2002, trayendo una serie de efectos negativos al *Akwẽ-Xerente*, especialmente en lo que respecta a la alimentación, ya que la alteración en el caudal del río se reflejó negativamente en la calidad y cantidad de los pantanos y, también, en la cantidad de pescado y otros alimentos disponibles. Al encontrarse aguas abajo de la presa, estas personas no fueron consideradas a priori afectadas, quedando al margen del proceso de negociación con la constructora. Pero, después de mucha lucha y con la asistencia del Ministerio Público Federal, los *Akwẽ* fueron reconocidos como afectados. Así, el *Programa de Compensação Ambiental Xerente* (Procambix) fue una medida compensatoria para mitigar las pérdidas sufridas por estas personas. Solo que Procambix no disminuyó dichos impactos. Por el contrario, profundizó aún más la precariedad del territorio, ya que fue implantado de afuera hacia adentro y no consideró las especificidades culturales de este pueblo. El texto se basa en una revisión bibliográfica relacionada con el tema propuesto, revisión que dialoga con las entrevistas realizadas con los *Akwẽ-Xerente* que participaron en la implementación de Procambix.

Palabras clave: Akwẽ-Xerente. Presa de Lajeado. Procambix.

Introdução

A Usina Hidrelétrica de Lajeado (oficialmente chamada de UHE Luiz Eduardo Magalhães)¹ entrou em funcionamento em 2002 e seu barramento está localizado no município de Lajeado, no Tocantins, distando 70 quilômetros de Palmas, capital do estado. O lago artificial formado pelo barramento abrange 750 km² de área total e atinge os limites territoriais dos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. A barragem foi construída pela INVESTCO S.A, um consórcio formado pelo grupo REDE, EDP Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado Energia S.A. e CMS *Energy*. Foi considerada pelos seus construtores como um dos mais arrojados projetos hidrelétricos brasileiros, constituindo um marco na produção de energia do país, com um tempo de construção recorde (39 meses).

No processo de implantação da barragem de Lajeado, os indígenas não foram reconhecidos como atingidos, dada a ideia patrimonialista em torno desse conceito, pois os *Akwẽ-Xerente* não tiveram suas terras alagadas pelo reservatório porque estão à jusante do barramento, tendo tido, por isso, suas vozes silenciadas. Acontece que as mudanças

¹ No decorrer deste texto, usaremos “UHE de Lajeado” ou “Barragem de Lajeado”, pois esse é o nome pelo qual a usina é conhecida pela população local.

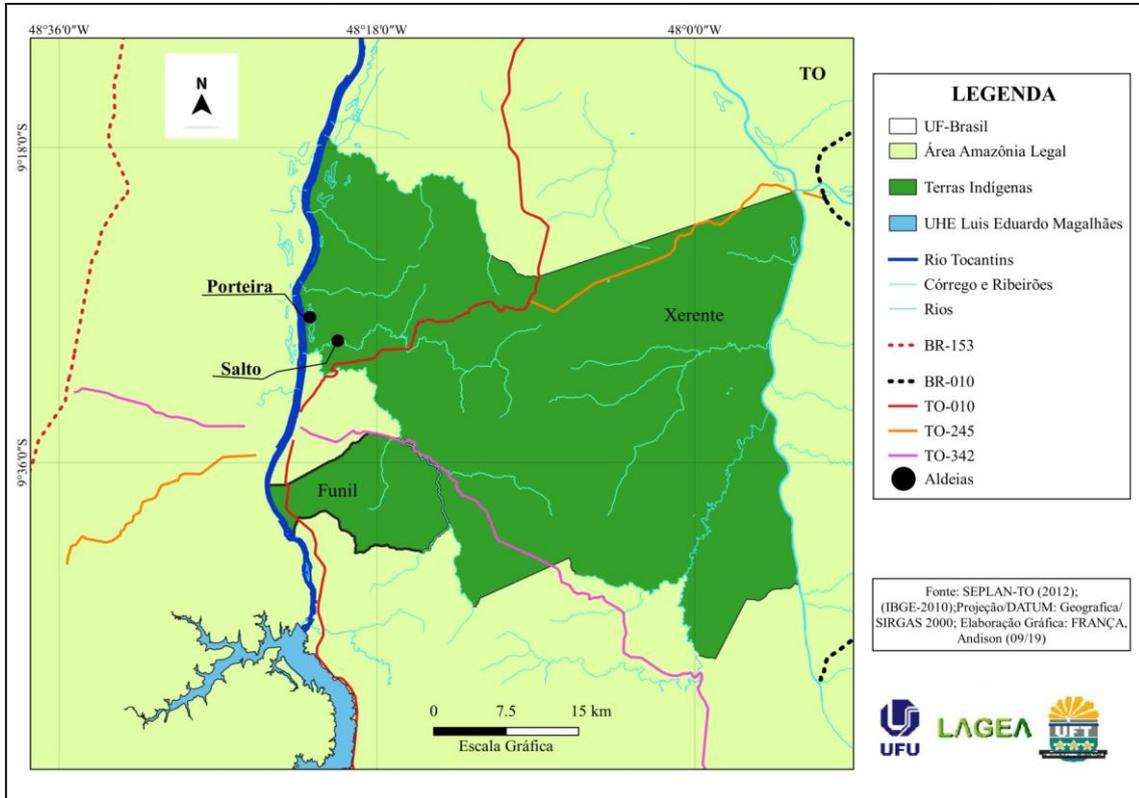
do fluxo de água causadas pelo barramento atingiram profundamente as áreas de vazante do Tocantins, sendo das vazantes que os Akwẽ retiram parte significativa de sua subsistência com a prática da roça de várzea. As mudanças dos fluxos da água trouxeram, também, uma queda na quantidade de peixes e de outras espécies da fauna e da flora com as quais os indígenas complementam a sua dieta alimentar.

Diante disso, os Akwẽ-Xerente iniciaram um processo de luta para serem reconhecidos como atingidos. Um dos trunfos para que isso fosse possível foram justamente as roças de vazante impactadas pela referida barragem. Por meio de várias ações judiciais, os indígenas tiveram seus direitos reconhecidos, iniciando-se, nos anos de 2000, o processo de elaboração do Programa de Compensação Ambiental Xerente (o Procambix). No entanto, os Akwẽ-Xerente tiveram novamente suas vozes silenciadas, pois os técnicos do Programa e da empresa construtora não estabeleceram nenhum tipo de discussão e debates com os Akwẽ sobre o tipo de compensação de que eles necessitavam e almejavam. Os subprogramas previstos no Procambix eram completamente alheios às suas necessidades e ao seu universo cultural. Trazendo em seu bojo uma visão utilitarista e colonialista de território, buscava impor aos indígenas os padrões de produção da sociedade envolvente. O Procambix implantou em território indígena lavouras mecanizadas, pecuária bovina, criação de galinhas poedeiras e debicadas de cativoiro, tanques de criação de peixes, dentre outros. São, no entanto, atividades com as quais os Akwẽ-Xerente não estão habituados, pois, milenarmente, praticam a pesca, a caça e a plantação de roças de toco em vazante. Nenhuma dessas atividades obteve o sucesso esperado e os indígenas tiveram o processo de precarização de seus territórios aprofundado.

Os Akwẽ-Xerente estão territorializados nas Terras Indígenas - TI Xerente e TI Funil, na bacia do Araguaia-Tocantins, à margem direita do rio Tocantins, próximos à cidade de Tocantínia (TO), município com o qual eles têm fortes ligações políticas e econômicas (Mapa 1). Essas TI distam cerca de 70 km (ao norte) de Palmas, capital do estado do Tocantins. Tal localização é estratégica porque a área é considerada o “corredor” de ligação entre o sul e o norte do país e “porta de entrada” para os projetos desenvolvimentistas da região Amazônica, o que faz com que suas terras sejam foco das atenções regionais e nacionais para a construção de hidrelétricas, de projetos agrícolas e de rodovias, como é o caso da Belém-Brasília. Dentre esses empreendimentos, a

construção da UHE de Lajeado é considerada a mais impactante, dadas as alterações causadas nos seus territórios, bem como no seu modo de vida.

Mapa 1: Localização das TI's Xerente e Funil, rodovias e UHE de Lajeado



Assim, o objetivo deste texto é discutir os impactos da Usina Hidrelétrica de Lajeado sobre o território *Akwẽ-Xerente* e como o Programa de Compensação Ambiental Xerente aprofundou ainda mais os problemas trazidos pela usina. O texto está assentado em uma revisão bibliográfica referente à temática proposta, na análise do Procambix e nas entrevistas feitas com os *Akwẽ-Xerente* que participaram da implantação do Programa.

Para organização didática da discussão, o texto está dividido em 3 partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, discutimos o modelo energético brasileiro e a sua lógica perversa e excludente. Na segunda parte, fizemos uma reflexão acerca da construção da barragem, seus efeitos perversos sobre a sociedade, a natureza e sobre o povo *Akwẽ-Xerente*. Na parte três, ressaltamos a luta desse povo para ser reconhecido e a implantação do Procambix. Por fim, nas partes quatro e cinco, fizemos um preâmbulo sobre o Procambix, apresentando suas principais contradições, bem como os conflitos gerados a partir dele.

A lógica perversa da política energética brasileira

No Brasil, nos últimos anos, principalmente a partir do processo de redemocratização na década de 1980, cresceu o número de pesquisas que problematizam a construção de grandes barramentos de rios para o aproveitamento de energia. A questão central está no fato de que esses barramentos geram efeitos negativos e irreversíveis ao meio ambiente e à sociedade, como a expulsão de várias famílias de seus lugares de vida e de trabalho.

Dentre essas pesquisas, estão os estudos de Vainer (1992), o qual defende que os grandes empreendimentos são um modo de produção do espaço. O autor ressalta a vasta literatura que aponta os impactos negativos desses projetos nas regiões onde são implantados, observando-se, em geral, ao invés da modernização e do progresso prometidos pelos discursos apologéticos ou com pretensões teórico-conceituais, a “[...] desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento da população, desemprego, favelização, marginalização social e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER, 1992, p. 33).

Além disso, a população impactada precisa lidar com os riscos que esses grandes empreendimentos oferecem, pois em muitos casos, considerando o objetivo de aumentar os lucros, os empreendedores investem pouco em segurança e informação. Conforme apontam Veyret (2007) e García-Tornel (2001), as catástrofes geradas por grandes projetos de investimentos resultam de cálculos mal feitos e da diminuição de gastos em materiais e sistemas de segurança. No Brasil, um caso recente e emblemático foi o rompimento das barragens de contenção de rejeitos de mineração de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019), ambas no estado de Minas Gerais, que causou centenas de mortes, poluição de rios, desapropriações, mortes de espécies da fauna e da flora, impactos negativos na economia, dentre outros.

De acordo com Vainer (1992, p. 34), os grandes projetos de investimentos têm uma lógica, sobretudo, econômica, os quais se apropriam de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, “respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos”. Assim, as populações atingidas são excluídas dos processos de decisão na implantação desses projetos e, em alguns casos, sequer são ouvidas, como no caso do povo indígena Akwẽ-Xerente, atingido pela barragem de Lajeado, que teve suas

vozes silenciadas e seus direitos desrespeitados, conforme analisaremos nos tópicos seguintes deste texto.

Dessa forma, sob um viés estritamente econômico e colonialista, os grandes empreendimentos são agentes transformadores do espaço. Apropriam-se do território, desterritorializando pessoas e grupos sociais, criando novas territorialidades, impondo a necessidade de ressignificação do lugar pelos grupos sociais envolvidos. Esses empreendimentos territorializam-se no espaço por meio de sua capacidade de aquisição de grandes volumes de capital e pela influência política de seus empreendedores.

Diante disso, deve-se considerar que os empreendedores não agem sozinhos. Há a necessidade da intervenção do Estado, com seus sistemas jurídico-legais, para tornar possível a construção desses empreendimentos. Sobre o papel do Estado, Harvey (2014) faz entender que se trata de um terceiro agente na relação capital-trabalho. Dessa forma, age como um mediador dessa relação, garantindo a expansão das relações capitalistas a partir da defesa da propriedade privada, da construção de infraestrutura (pontes, estradas), da concessão de financiamentos para sua circulação e, principalmente, com o uso da força militar para coibir (muitas vezes, de forma violenta) movimentos que colocam em risco sua reprodução. Nesse sentido, os grandes projetos de investimentos são, conforme muitos estudiosos, como Vainer (1992) e Porto-Gonçalves (2006), perversos e excludentes, devido aos danos ambientais causados e à expropriação de milhares de famílias camponesas e indígenas de suas terras. Ao serem expulsas, algumas dessas famílias são empurradas para as periferias das cidades e passam a viver de forma precária, ou parte vai engrossar as fileiras dos trabalhadores rurais desterrados na luta para voltar à terra e viver com dignidade.

Vainer (1992) ressalta que os grandes aproveitamentos hidrelétricos causam o deslocamento maciço e compulsório de grupos que são obrigados a abandonar as terras onde se instalam os reservatórios. Produzem milhões de desempregados, que se dirigem, na maioria das vezes, para os centros urbanos regionais ou nacionais, na ilusão de que as indenizações recebidas permitirão recomeçar a vida em situação favorável. Outros ingressam movimentos de resistência na tentativa de barrar a obra e/ou por melhores indenizações, como, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Vainer (1992) observa que a natureza lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos é tão somente

[...] de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica – produção de eletricidade. Tudo que contraria ou escapa a esse fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica de custos. Nestes termos, não espanta que sejam vistos como obstáculos tanto a população que ocupa áreas a serem inundadas como os usos da água feitos por essa população – e, de maneira geral, todas as atividades econômicas e sociais que preexistam ao projeto. (VAINER, 1992, p. 41).

A construção de usinas hidrelétricas com essa perspectiva tem causado sérios problemas às populações locais. No caso do estado do Tocantins, além dos graves problemas ambientais e sociais que têm atingido terras indígenas, altera modos de vida construídos há milhares de anos, como no caso do povo Akwẽ-Xerente, territorializado às margens do rio Tocantins. A construção da Usina de Lajeado desterritorializou povos tradicionais, alagou cidades e, além disso, alterou o fluxo de água, atingindo a soberania alimentar, principalmente, dos indígenas que *com-vivem* com o rio.

A usina hidrelétrica de Lajeado e os impactos no Território Indígena Akwẽ-Xerente

A UHE de Lajeado é, ao lado da construção de rodovias, hidrovias, projetos agrícolas, dentre outros, o grande empreendimento previsto na região amazônica pelo programa “Avança Brasil”, no governo Fernando Henrique Cardoso. Com sua construção, o território ganhou novos usos para atender às demandas do capitalismo global, deixando uma parte da população mais empobrecida por causa das transformações causadas com a implantação desses sistemas técnicos (SANTOS; SILVEIRA, 2005). A implantação da UHE de Lajeado alterou o fluxo do rio Tocantins e trouxe efeitos negativos para a população local, dentre os quais se destacam os mais danosos:

- a) Inundação de terras agricultáveis e expulsão dos camponeses para as periferias de Palmas e outras cidades da região;
- b) Diminuição dos espaços de socialização das cidades às margens do rio Tocantins, visto que grande parte delas tinha como espaço de lazer as praias formadas pelas areias do rio – e que tinha o turismo como principal fonte econômica –, alteradas profundamente com o barramento do rio;
- c) Extinção de fontes de trabalho e de geração de renda;
- d) Perdas ou diminuição de parte significativa da fauna e da flora;

- e) Inundação de alguns patrimônios socioculturais de algumas populações locais construídos há várias gerações;
- f) E, por último, atingiu também as aldeias Akwẽ-Xerente, em especial as que ficam às margens do rio Tocantins.

A barragem de Lajeado foi construída na década de 1990, contexto em que a economia brasileira era, espacial e temporalmente, caracterizada pela abertura do país ao capital estrangeiro, tendo como um dos seus principais eixos a construção de barragens para a produção e transmissão de energia elétrica, para o fortalecimento do modo de produção capitalista. Aliada a isso, como ressalta Zitzke (2007), havia a lógica da criação, com a Constituição de 1988, e da consolidação do estado do Tocantins, nos anos seguintes. O estado recém-criado, comprometido com uma elite capitalizada e uma proposta econômica desenvolvimentista e permissiva ao capital privado, influenciou diretamente no processo de remanejamento e compensação pelas perdas das comunidades ribeirinhas atingidas pela usina hidrelétrica. Nesse contexto, o autor ressalta que, mesmo estando localizada num rio federal, a obra foi, por negociações políticas, licenciada pelo órgão ambiental estadual, o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Assim, o “empreendedor não teve muitas dificuldades para cumprir o cronograma da obra (que aconteceu em ritmo acelerado), bem como atender os itens previstos nos Planos Básicos Ambientais (PBA)” (ZITZKE, 2007, p. 28).

Dentre os autores que ressaltaram a rapidez na construção de Lajeado, Araújo (2003) destaca que as etapas aconteceram de forma acelerada e, na mesma rapidez, aumentaram os problemas, acirrando-se os conflitos sociais. Nesse sentido, o autor mostrou uma série de irregularidades em todo o processo de construção desse grande empreendimento. Este teve início no dia 31 de janeiro de 1996, quando a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins) – empresa de energia já privatizada e sob o comando do grupo Rede de empresas elétricas – entrou com o primeiro pedido de Licença Prévia junto à agência ambiental estadual, a Naturatins. Porém, a construção foi questionada pelo Ministério Público a partir de uma carta expedida pelo promotor de justiça Édson Azambuja, em 08 de julho de 1996, e enviada ao Naturatins, na qual são apontados os efeitos negativos da obra e também a falta do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, o EIA/RIMA. Além disso, o mesmo promotor enviou, em 10 de julho de 1996, outra carta ao Procurador da República

do Estado do Tocantins questionando a inexistência do EIA/RIMA e afirmando que, por isso, não era possível dar início à construção das obras da UHE de Lajeado.

O pedido de Licença Prévia foi feito sem os devidos estudos ambientais. Conforme constatou Araújo (2003), a primeira Licença Prévia foi emitida em 06 de maio de 1997 pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), do Ministério de Minas e Energia, departamento extinto no mesmo ano. O EIA, elaborado pela Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda., ficou pronto em meados daquele ano. Com a Licença Prévia concedida, no mês de setembro de 1997, começou, então, uma maratona de audiências públicas, organizadas pelo Naturatins, para apresentação de Lajeado. Tais audiências aconteceram em um ritmo tão acelerado que muitos autores, como Zitzke (2007) e o próprio Araújo (2003), consideram tal empreendimento uma inovação pelo tempo recorde entre a Licença Prévia e a Licença de Instalação.

Assim, foram realizadas três audiências públicas consecutivas, sendo uma na capital do estado do Tocantins, Palmas (03/09/1997), uma na cidade de Miracema (04/09/1997) e a última na cidade de Porto Nacional (05/09/1997), conforme ressaltou Araújo (2003). Essas audiências foram marcadas por fortes manifestações sociais, principalmente de ambientalistas, que denunciavam as mazelas e as manobras políticas feitas para a realização da obra. Diante disso, em 1998, o Ministério Público do Tocantins entrou com uma ação contra a empresa, apontando várias irregularidades na construção da usina. Uma delas é a de que os povos indígenas atingidos pelo empreendimento não foram ouvidos e não foram convidados a participar das audiências. Apontou vários problemas no EIA, uma vez que este não contemplava os povos indígenas, além de outras deficiências no levantamento dos impactos. Em pesquisa de campo em 2018, os Akwẽ-Xerente responderam que, mesmo sabendo da construção da UHE e dos problemas que dela decorreriam, não foram ouvidos pelas empresas e muito menos foram convidados para participar das audiências como atingidos.

Logo após a realização das audiências públicas, foi feita, em 25/11/1997, em Brasília, a licitação da UHE de Lajeado. Com a intervenção do Ministério Público Federal, o Ibama entra oficialmente no “caso Lajeado”, estabelecendo com o Naturatins, em 06/02/1998, um termo de cooperação técnica. Diante disso, a Investco apresenta, no dia 03/03/1998, um conjunto de seis Planos Básicos Ambientais (PBAs) e solicita a autorização para a instalação do canteiro de obras. No entanto, a autorização só foi concedida para a

empresa no dia 08/05/1998, quando a Investco apresentou mais 27 PBAs, depois de solicitada e aceita a prorrogação da primeira Licença Prévia (ARAÚJO, 2003).

Após a autorização, com a instalação do canteiro de obras, a construção desse grande empreendimento continuou evoluindo de forma muito rápida. Em 21/05/1998, foi requerida a Licença de Instalação, sendo concedida, após avaliação e parecer do Ibama e do Naturatins, em apenas 39 dias (29/06/1998). Araújo (2003) relata que, diante da rápida evolução da obra, muitas questões nas áreas sociais, fundiária e ambiental ficaram pendentes. Esse fato trouxe inúmeras preocupações para a sociedade civil organizada. Muitas pessoas mostravam-se preocupadas e/ou sentiram-se prejudicadas pela falta de informações corretas de como o processo de construção da barragem evoluiria. Nessa conjuntura,

Formou-se uma coligação de várias pequenas entidades com as seções locais de entidades nacionais: entidades de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores com a sua Federação Estadual – FETAET, a Alternativa para a Pequena Agricultura – APA/TO, a Cooperativa de Prestação de Serviços em Assistência Técnica e Extensão Rural – COOPTER, mais as entidades sindicais, como a seção local da Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação – Sintet, a Assessoria Sindical – IFAS, mais duas entidades locais de Defesa dos Direitos Humanos e uma entidade de apoio aos índios, com o Conselho Indigenista Missionário – CIMI. (ARAÚJO, 2003, p. 85).

Essas entidades realizaram, no dia 31/10/1998, o I Seminário da Hidrelétrica de Lajeado. Estiveram presentes nesse evento 333 pessoas representando diversas entidades e órgãos públicos. Falaram a representante do Procurador Federal, a presidente e os técnicos da Naturatins, os representantes e técnicos da Investco, um dirigente e um assessor jurídico do CIMI nacional, dois caciques *Akwẽ-Xerente* e, por fim, um assessor do IFAS, que fez uma detalhada análise dos grandes empreendimentos na região e na bacia do Araguaia e do Tocantins. O seminário contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, seção local (OAB/TO), que ofereceu o auditório da sede em Palmas com cerca de 300 lugares, conforme ressaltou Araújo (2003). A motivação do evento encontra-se nos Anais do Seminário:

As entidades, ao verem tanto descaso por parte da empresa, sentiram-se na obrigação de puxar um Seminário onde fosse possível buscar esclarecimentos sobre a construção da UHE. Quais são os impactos? Quais os benefícios? E inúmeros questionamentos. A implantação de uma usina precisa ser transparente, para que a sociedade possa analisar e avaliar se é realmente viável sua construção. Somente através de informações concretas, a população poderá

formar a sua opinião em relação a esse grande empreendimento. (ANAIS, *apud* Araújo, 2003, p. 86).

O seminário foi marcado por fortes manifestações e reclamações, dentre elas a de que os representantes da Investco não foram claros em suas falas. A empresa levou vários advogados e técnicos que, em suas exposições, confundiram números e se mostraram muito inseguros. Para os organizadores do evento, diante das manifestações feitas, ficou claro que as três audiências públicas realizadas não foram suficientes para que a sociedade tivesse informações sobre essa grande obra, conforme uma matéria divulgada nos Anais pelo CIMI Nacional, assinada por Kátia Vasco:

[...] para os organizadores, o debate do dia 31 prova que as três audiências públicas realizadas em Palmas, Miracema e Porto Nacional não permitiram o debate. Programas atrasados, falta de esclarecimento e principalmente descumprimento de metas, como a realização do Diagnóstico Etno-Ambiental nas aldeias Xerente, foram alguns problemas apresentados. A quantidade e qualidade das intervenções e questionamentos do plenário surpreenderam. Revelou que apesar de estar com o cronograma adiantado, a obra apresenta vários problemas que tanto o empreendedor, a Investco, quanto o órgão ambiental, Naturatins, não conseguiram esclarecer. (VASCO, *apud* ARAÚJO, 2003, p. 61).

Nesse sentido, vários problemas de ordem ambiental, fundiária e social marcaram a construção da UHE de Lajeado. Com relação às indenizações, quando foi concluído o EIA da UHE de Lajeado, entre 1998 e 1999, a Investco contratou a empresa Agropastoril para fazer o levantamento das propriedades com títulos definitivos, com o intuito de comprá-las dentro do sistema de “porteira fechada”². As indenizações foram negociadas pela Arque Engenharia, empresa contratada para fazer as negociações (ARAÚJO, 2003). Conforme as pesquisas de Araújo (2003), vários ribeirinhos sentiram-se prejudicados com as negociações, pois o valor pago era aquém do valor das propriedades.

Foram atingidas diretamente, com o barramento do rio, 3.970 famílias. Destas, 600 famílias foram remanejadas para os 13 reassentamentos rurais, 500 famílias foram reassentadas na zona urbana, outras receberam indenizações que variaram de R\$ 1.000,00 a R\$ 105.000,00, dependendo da atividade agricultável e da área alagada em sua propriedade. Porém, do restante das famílias que foram atingidas, centenas delas não foram indenizadas, pelo fato de viverem em terras somente arrendadas (ARAÚJO, 2003).

² Refere-se a indenização de toda a propriedade, incluindo as benfeitorias materiais.

Nessa conjuntura de lutas por indenizações é que se forma o MAB/Tocantins, a que se juntam os atingidos na luta por seus direitos. De acordo com Foschiera, Batista e Thomaz Júnior (2009, p. 4), posteriormente amplia-se o MAB, sendo também “sua ação para junto de futuros atingidos de outras usinas que passaram a ser construídas e também junto com atingidos de usinas hidrelétricas que ainda não tiveram suas construções iniciadas”. Dessa forma, a atuação desse movimento social organizado foi fundamental para denunciar as mazelas de Lajeado e para que os atingidos tivessem seus direitos assegurados.

Com relação aos reassentamentos rurais, conforme o contrato firmado pela Investco e incluído no PBA 23, seriam fornecidos aos atingidos todos os insumos básicos para o manejo da agricultura e o plantio de hortaliças e legumes, meios para gradear a terra, a construção de postos de saúde, centros comunitários e de casas para moradia, além da isenção a todos os usuários dos custos de água e energia por algum tempo. Porém, esse contrato não foi totalmente cumprido. Conforme Araújo (2003), em 2002, quando a represa já estava formada, os atingidos entraram com uma ação contra a empresa empreendedora,

[...] com denúncias de várias irregularidades, que haviam sido constatadas pelo Ministério Público Estadual. Eram mencionados: atraso de fornecimento dos insumos agrícolas na maioria dos reassentamentos, comprometendo o plantio e colheita dos legumes; nos postos de saúde implantados faltavam medicamentos e profissionais adequados; o centro comunitário continuava vazio, sem atividades. [...] Foi possível verificar “in loco” várias casas construídas com materiais de segunda mão e mal acabadas, confirmando os comentários dos próprios moradores [...]. (ARAÚJO, 2003, p. 91).

Sobre os assentamentos urbanos, as famílias foram remanejadas para uma área residencial ao norte de Palmas, de acordo com o contrato firmado pela Investco no PBA 22. Conforme pesquisas feitas por Araújo (2003), os moradores mostraram-se insatisfeitos, devido às condições precárias das moradias e de vida.

A construção da UHE de Lajeado também trouxe inúmeros prejuízos àquelas pessoas que tiravam seu sustento e o de suas famílias do rio Tocantins: os barraqueiros/garçons, que montavam barracas para as temporadas de praias, principalmente em Palmas e em Porto Nacional; os barqueiros/canoeiros, que faziam as travessias no rio; os dragueiros, que exploravam areia e seixos para a construção civil; os caçambeiros, que faziam transporte de areia e seixos para a cidade de Palmas e região; os ceramistas, que fabricavam telhas e tijolos para a construção civil; e os patroleiros, que trabalhavam na melhoria ou abertura de estradas vicinais na área alagada. Estes, na sua

maioria, inicialmente não foram reconhecidos como atingidos. Apenas depois de muita luta, manifestações e ações judiciais, uma parte significativa desses trabalhadores foi reconhecida como atingidos e recebeu suas respectivas indenizações (ARAÚJO, 2003).

Os problemas apresentados têm sido bastante recorrentes na implantação desses projetos e, por isso mesmo, a política de indenização de grandes empreendimentos tem sido alvo de críticas de vários estudiosos, como Vainer (2008), que aponta que várias famílias não são indenizadas e, quando são, não se levam em consideração as questões sociais e culturais do território. As indenizações dão-se a partir da avaliação das benfeitorias e pelo valor de mercado da terra (visão patrimonialista de atingido por grandes empreendimentos), sem levar em consideração as relações de identidade e os valores culturais construídos por anos pelos atingidos.

Vainer (2008, p. 2) ressalta ainda que, para licenciar grandes obras e ter apoio financeiro para a construção de usinas hidrelétricas, o Estado exige das empresas o EIA/RIMA. De acordo com o autor, esses estudos são “monótonos”, pois, por mais diferentes que sejam as realidades econômicas, políticas, culturais e sociais das diferentes áreas onde essas barragens são implantadas, eles “parecem uns com os outros tanto quanto duas gotas das águas que serão represadas”. Lembra ainda que os estudos costumam ter um capítulo sobre “social” ou sobre o “chamado meio ambiente socioeconômico” (como na visão eurocêntrico-moderna que separa homem e natureza), no qual as populações atingidas são naturalizadas e destituídas de subjetividades. São representadas,

[...] *ipso facto*, como incapazes de se constituírem em sujeitos aptos a se conceberem enquanto portadores de direitos e interesses e, em consequência, a se constituírem em atores em condições de operar autonomamente na transformação do ambiente de implantação das barragens em arena de conflito social e político. (VAINER, 2008, p. 2).

Nessa linha de pensamento, convém observar que esses relatórios não dão conta da complexidade das relações territoriais construídas por várias gerações, que vão muito além da simples avaliação de benfeitorias ou valor de mercado da terra, como esses EIA insistem em considerar. Diante desse contexto, analisaremos, no próximo tópico, os impactos decorrentes da construção da usina de Lajeado sobre o território *Akwẽ-Xerente*, observando como se deu o processo de indenização a partir do Programa de Compensação Ambiental Xerente, o Procambix.

Os impactos da UHE de Lajeado no território Xerente e o Procambix

O território indígena Xerente está localizado ao centro do estado do Tocantins (Mapa 1). Essa localização estratégica faz com que seja alvo de grandes projetos de desenvolvimento, como barragens, rodovias, hidrovias, projetos agrícolas modernos, dentre outros. No caso da construção da UHE de Lajeado, os *Akwẽ-Xerente* tiveram dificuldades de serem reconhecidos como impactados pelo fato de suas terras estarem localizadas a mais ou menos 15 km à jusante do barramento do rio Tocantins, ou seja, suas terras não seriam diretamente alagadas pela construção da UHE, dada a visão patrimonialista de atingidos que prevalece nos órgãos governamentais. Nesse sentido, os indígenas não foram ouvidos nem antes, nem durante a construção de Lajeado, conforme informou um membro desse povo durante a pesquisa de campo realizada em março de 2018.

O fato de os indígenas não serem diretamente reconhecidos como atingidos gerou inúmeros conflitos e uma batalha de ações judiciais envolvendo os próprios indígenas, os movimentos sociais organizados, o CIMI, o Ministério Público Federal, dentre outras instituições. Mesmo não sendo impactados diretamente, o barramento do rio, à montante, trouxe uma série de problemas ambientais, econômicos e sociais para os *Akwẽ-Xerente*, pois, com a mudança do fluxo do rio que o seu barramento acarretou, diminuiu a quantidade de peixes, espécies da fauna e da flora, e também foram destruídas as várzeas, interferindo, dessa maneira, na soberania alimentar, uma vez que a principal fonte de alimentos dos *Akwẽ-Xerente* é basicamente a pesca, a caça e a roça de várzea, conforme relatou o Sr. S. Xerente em pesquisa de campo (2018):

[...] A barragem leva tudo, né?! Tinha muito peixe. De primeiro [antes da construção da UHE], pegava com a mão; hoje é difícil, né?! Joga a rede às vezes não dá nada [...] E, de primeiro, a gente plantava muito, plantava que não dava conta de colher [...] agora, com essa barragem aí [...], a gente plantava feijão que até perdia, o milho a gente plantava só às vezes, né?! E tinha muita melancia também, né?! A gente plantava outubro, novembro e dezembro [era a época] de colher, de comer, né?! A gente plantava 50 braços, né?! E o rio, porque o rio naquele tempo, [19]70, [19]80 até pra [19]90, o rio enchia muito, aí enchia, aí acabava aquele mato todinho, depois o rio ia descendo [e a gente] plantava melancia, a gente plantava o milho, plantava feijão. Agora, hoje a gente vai vivendo esse córrego³ aí, né?! (risos). Agora de primeiro... (S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

³Ao se referir ao rio como córrego, o entrevistado dizia sobre a diminuição das águas do rio com o barramento.

Dessa forma, durante a construção da barragem, mesmo que os Akwẽ-Xerente não tenham sido reconhecidos como impactados, os problemas nas terras indígenas foram pautas das audiências públicas realizadas pela Investco. De acordo com Araújo (2003), durante a audiência pública realizada na cidade de Miracema no dia 04 de setembro de 1997, os impactos sobre o povo indígena já foram mencionados. No entanto, essas menções, a partir de um relatório elaborado pela empresa poucos dias antes do evento, deixaram muito a desejar, pois não condiziam com a realidade desse povo. A partir desse evento, inicia-se uma série de negociações (com a intervenção do Ministério Público), que só terminaria (pelo menos aparentemente) no ano de 2002, quando a UHE entra em funcionamento.

Quando, em 1998, foi autorizada a construção do canteiro da obra, os Akwẽ-Xerente começaram a sofrer uma série de problemas com o tráfego intenso de veículos e pessoas em seu território. Conforme eles mesmos informaram durante a pesquisa de campo, sofriam constantes ameaças e assaltos dentro de suas terras, alterando profundamente suas culturas e seus ritmos de vida. Sobre isso, Araújo (2003) ressalta que os problemas eram tantos que

[...] eles [os Akwẽ-Xerente] não aceitaram mais o fluxo intenso de veículos em suas terras e informaram ao Ministério Público Federal e ao empreendedor que iam interditar a rodovia TO-050. Vários veículos que faziam o trajeto entre Palmas e Tocantínia e ligando com Miracema ou com Pedro Afonso eram barrados pelos índios Xerente, que paravam os veículos e cobravam pedágios. Para amenizar a situação, foi construída uma nova área de travessia, uns 500m à jusante da barragem. (ARAÚJO, 2003, p. 101, colchetes acrescentados).

Porém, conforme já mencionado, a construção de Lajeado avançava de forma bastante acelerada e a empresa ainda não havia finalizado o Diagnóstico Etnográfico e Ambiental das aldeias rio abaixo. Enquanto isso, os conflitos envolvendo os indígenas na luta para serem indenizados e terem seus direitos reconhecidos iam se agravando. Diante de várias cobranças, durante um seminário em outubro de 1998, a Investco assumiu, diante de várias entidades e órgãos presentes, o compromisso de fazer um novo Diagnóstico Etnoambiental (PBA 27) das aldeias. A partir daí, Araújo (2003) relata que as cobranças dos órgãos judiciais e ambientais foram intensas, mas, mesmo assim, os impactos sobre os indígenas só iam se agravando.

Foi somente a partir de 2000, e devido a várias ações judiciais, que a Investco contratou, por meio da indicação da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Núcleo de

Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado da Universidade Federal do Mato Grosso (GERA/UFMT) para mapear todas as 35 aldeias⁴ e fazer um levantamento étnico, social e cultural, catalogando línguas, costumes e tradições. Esse trabalho foi feito em parceria com a ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN). O diagnóstico etnoambiental elaborado pelos pesquisadores dessas instituições gerou o que os indígenas chamam de “Programa-Mãe”: o Procambix. As contradições apresentadas pelo Procambix durante a sua implantação causaram muitos conflitos entre os povos indígenas, entre estes e os membros conselho-gestor e também com a empresa Investco. Além disso, as ações dos subprogramas previstos pelo programa não faziam parte da cultura Xerente, o que aprofundou as contradições e, por fim, intensificou ainda mais a precarização do território Akwẽ-Xerente, conforme analisaremos nos tópicos seguintes.

O Procambix: características e objetivos

Neste item, apresentaremos os principais pontos do Procambix, para então analisarmos suas principais contradições. Conforme já mencionamos, a Investco contratou o GERA/UFMT em parceria com a ONG OPAN para fazer o diagnóstico etnoambiental, gerando, a partir daí, o Procambix, denominado com um título bem sugestivo: “Preservação Xerente é o X da questão”. Os pesquisadores envolvidos levaram apenas seis meses para fazer o diagnóstico etnoambiental em trinta e cinco aldeias, em uma área de 183.245 ha de todo o território (TI Xerente e Funil).

Os Akwẽ-Xerente salientam que o Procambix foi resultado de muita luta travada contra a empresa para serem reconhecidos. Conforme nos respondeu o Sr. R. Xerente, a lei vigente sobre a indenização não os reconhecia como atingidos diretos. Dessa forma, reforçou que, se não fossem as suas lutas, com o apoio de vários movimentos sociais e outros apoiadores, só sobrariam para eles os impactos perversos, como a fome e a miséria.

O referido diagnóstico (PROCAMBIX, 2001) priorizou quatro grandes áreas temáticas de atuação: (a) a área de antropologia, que objetivou levantar dados etnográficos para verificar os impactos diretos e indiretos da UHE de Lajeado, sobretudo suas consequências junto aos Akwẽ-Xerente; (b) a área de zoneamento ambiental e

⁴ Quando a UHE foi construída, existiam no território Xerente 35 aldeias. A implantação do Procambix ocasionou vários conflitos entre eles, levando algumas famílias a criarem outras aldeias. Hoje, são cerca de 81 aldeias.

sensoriamento remoto, a fim de produzir cartas temáticas e imagens para serem usadas no trabalho de campo, bem como para definir os ecossistemas das terras indígenas e os impactos diretos e indiretos nelas; (c) área de agroecologia, para caracterizar o sistema de produção de alimentos das comunidades indígenas, bem como as alterações que iriam ser geradas em decorrência da construção da usina de Lajeado; e, por fim, (d) área de saúde e educação, para levantar as condições de saúde dos Akwẽ-Xerente, bem como estratégias institucionais, a necessidade de investimentos para o atendimento deles e a situação educacional nas aldeias, além da necessidade de investimentos, no sentido de, conforme o Procambix, “dar condições a esse povo de suportar os impactos gerados pela construção da usina”.

Esse diagnóstico feito pelos pesquisadores responsáveis pela elaboração do Procambix identificou alguns problemas e dificuldades a serem enfrentados pelos Akwẽ-Xerente durante a construção e o funcionamento da barragem. Dentre esses problemas e dificuldades, os pesquisadores do Procambix destacaram alguns. Cabe ressaltar que a maioria deles foi também citada pelos Akwẽ-Xerente em nossas pesquisas de campo:

- Alterações no ecossistema das Terras Indígenas Xerente e Funil, interferindo diretamente em processos produtivos e culturais dos Akwẽ-Xerente;
- Redução da capacidade produtiva da comunidade, com a perda das roças de vazante;
- Comprometimento dos níveis de segurança alimentar da comunidade;
- Redução da proteína animal, principalmente o pescado;
- Aumento da pressão de não índios no entorno das TI Xerente e Funil;
- Alterações nas microbacias dos rios nas TI Xerente;
- Reordenamento da ocupação territorial;
- Aumento do fluxo de não índios pelo uso das estradas estaduais que cortam o território.

Diante desses problemas identificados e da pressão dos indígenas, viu-se a necessidade de implantação de um programa multidisciplinar e interinstitucional que tivesse, sobretudo, a *participação* dos Akwẽ-Xerente a fim de “compensá-los” a curto, médio e longo prazo pelos danos sofridos em virtude da construção da usina de Lajeado. A partir desse diagnóstico, surgiu o “Programa-Mãe”, o Procambix. Porém, como para os pesquisadores os impactos são duradouros no tempo, viu-se a necessidade de implantar

ações duradouras também, o que seria, conforme o relatório dos técnicos, fundamental para os Akwê-Xerente lidarem com impactos ao longo do tempo. Nesse sentido, o Programa, ao ser implantado, deveria durar por oito anos e passar por avaliações e ajustes anuais. Além disso, no último ano, previu a adequação de algumas ações que não fossem mais necessárias. As devidas adaptações teriam o objetivo de garantir a sobrevivência física e cultural dos indígenas e a integridade de suas terras.

Diante dos resultados apontados pelo diagnóstico etnoambiental, o objetivo principal do Procambix foi o seguinte:

- Implementar ações que viessem a mitigar e compensar os Xerente quanto a impactos ambientais decorrentes da construção e funcionamento da UHE Luiz Eduardo Magalhães, garantindo assim a sobrevivência física e cultural do grupo e a integridade física das Terras Indígenas Xerente e Funil.

A partir desse objetivo principal, o Procambix apontou os seguintes objetivos específicos:

- Reduzir os impactos ambientais decorrentes da implantação da UHE;
- Garantir a sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas;
- Viabilizar a geração de excedentes de renda;
- Garantir a integridade das Terras Indígenas Xerente e Funil;
- Viabilizar o processo de fortalecimento da organização interna dos Xerente;
- Fortalecer procedimentos educacionais;
- Fortalecer a cultura Xerente; e
- Preparar os Xerente para a sua inserção e adaptação nesse contexto desenvolvimentista decorrente da implantação e do funcionamento da UHE.

Para alcançar esses objetivos, foram previstos pelo Procambix (2001) quatro subprogramas, abrangendo três eixos fundamentais: cultura e cidadania, território e recursos naturais, segurança alimentar. Esses subprogramas são os seguintes:

- 1) **Subprograma de redução de impactos ambientais ao ecossistema das terras indígenas:** teve como objetivo reduzir impactos ambientais nas Terras Indígenas Akwê-Xerente a partir de procedimentos de fiscalização. Além disso, esse subprograma visou capacitar os indígenas em questões ambientais com o objetivo de torná-los aptos a promover a gestão sustentável de seus territórios;

- 2) **Subprograma de segurança alimentar e geração de renda:** teve como objetivos compensar e garantir níveis satisfatórios de segurança alimentar com planos de ações para implementar atividades sustentáveis em seus aspectos econômico, cultural e ambiental, viabilizar ações para geração de renda para suprir necessidades não atendidas internamente e, por fim, capacitar as comunidades indígenas para que possam, pelo menos no médio prazo, assumir integralmente ações executadas e, assim, reduzir o seu grau de dependência de informações e conceitos de tecnologia sustentável. Nesse subprograma, foram previstas a formação de um banco de sementes, a criação de galinha caipira e o plantio de quintais agroflorestais, a implementação de atividades extrativistas, a capacitação na área de sistemas agroflorestais, a implementação de apicultura e meliponicultura e a implementação de piscicultura, além de técnicas de manejo de recursos pesqueiros;
- 3) **Subprograma de cultura e cidadania:** teve como objetivo compensar os impactos ambientais, viabilizando o fortalecimento e a valorização da cultura Xerente, além de ações para fortalecer a organização interna dos Xerente, no sentido de prepará-los para a autogestão de suas atividades, tendo a escola como espaço fundamental para as ações programadas. Nos planos de ação desse subprograma está a criação de um centro cultural e de apoio à execução do programa e, ainda, a capacitação de lideranças e associações indígenas;
- 4) **Subprograma de apoio administrativo e técnico para execução do programa:** contemplou ações que tiveram como objetivo oferecer suporte técnico e administrativo para o programa com a criação de uma equipe de técnicos e a instalação de infraestrutura de equipamentos e bens imóveis, pois a estrutura da Funai sofreria um considerável aumento na demanda proveniente dos Xerente, em decorrência do Procambix. Nesse sentido, teve-se a necessidade de dar maior suporte às suas atividades, sob pena de comprometer o atendimento de outras etnias não inclusas no Programa.

Para maximizar os recursos a serem aplicados, foi criada uma infraestrutura para gerenciar e executar o Programa, que conta com uma equipe técnica para fazer as consultorias para o desenvolvimento das ações, principalmente no que tange à capacitação, e outra para atuar na área administrativa, prestando serviços como compras,

licitações, controle contábil, contratação de pessoal, dentre outros. Em todos esses setores da execução do Programa, a participação efetiva dos indígenas seria de fundamental importância, conforme ressalta o Procambix.

Nesse contexto, para a execução, a fiscalização e a avaliação do Procambix, foi criado um conselho-gestor formado por seis Akwẽ-Xerente eleitos por Posto Indígena em assembleia e seis não indígenas, representando a Funai, o Ministério Público Federal, o Ibama, a Investco, a Naturatins, além de representante do Fórum das ONG's. A esse conselho foram delegadas as seguintes atribuições: analisar e aprovar o Programa Anual de Trabalho; aprovar a prestação de contas dos serviços aplicados; estabelecer normas de uso para equipamentos, bens e serviços; estabelecer as normas em conjunto com a equipe de apoio do GERA para a contratação e avaliação de pessoal a ser contratado para atuar no Programa; intermediar possíveis tensões existentes entre a comunidade indígena e as equipes de apoio à execução e equipe de campo; representar o Procambix em eventos; fiscalizar a execução física do Programa em campo; e atuar como interveniente em qualquer convênio a ser firmado, visando implementar o Programa. Coube também a esse conselho elaborar o regimento do Programa no prazo de dois meses após a sua aprovação para regularizar sua situação jurídica.

A sede do Procambix ficou em Tocantínia, cidade localizada a cerca de 20 km das Terras Indígenas Xerente. A equipe de campo do Programa, responsável por desenvolver as ações previstas, foi formada por profissionais de várias áreas e com experiência em populações rurais, tais como contador, engenheiro agrônomo, profissionais com formação em sistemas agroflorestais e desenvolvimento sustentável, pedagogo, tratoristas, vigias, motoristas, dentre outros profissionais, conforme a necessidade dos trabalhos.

O Procambix teve vigência de 8 anos, sendo investidos pouco mais de 10 milhões de reais. Os recursos previstos foram liberados semestralmente durante esse tempo de vigência do Programa. Em anexo ao relatório, estão também os projetos para os subprogramas, contendo uma contextualização, metodologias, objetivos, metas e o cronograma de execução. Assim, esse preâmbulo que fizemos sobre o Programa é de fundamental importância para procedermos a uma análise entre o que foi apresentado e aquilo que percebemos em nossas visitas de campo e pelos depoimentos dos Akwẽ-Xerente. Desde já, é importante adiantar que foi possível perceber, nas visitas, que os impactos perversos da construção da UHE de Lajeado para os povos indígenas são bem

perceptíveis e o Procambix, além de não ter amenizado esses efeitos negativos, aprofundou ainda mais a precarização do território. Apesar da aplicação de todo o recurso previsto, as ações não se sustentaram a médio e longo prazo, conforme previu o Procambix. A maioria, inclusive, foi extinta, por não dialogar com a cosmologia *Akwẽ-Xerente*, conforme demonstraremos.

O Procambix: principais contradições e conflitos

Nas pesquisas de campo realizadas para o levantamento de dados a partir das entrevistas com os *Akwẽ-Xerente*, um dos maiores problemas que percebemos no Procambix foi que suas ações não levaram em consideração a demanda desse povo, pois foram impostas de fora para dentro, cabendo apenas aos gestores implementá-las. Ao serem questionados sobre as ações do Programa, os indígenas disseram que a escolha das ações contém um erro significativo: o de não ouvir os anciãos, pois estes “são sábios e conhecem a cultura deles” (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Nesse sentido, Lima (2016), ao ressaltar em seu trabalho as tensões e críticas do Procambix, defende que, apesar de o recurso previsto ter sido todo aplicado, a burocracia que demandava a sua liberação resultava, muitas vezes, no atraso dos repasses. Por causa desses atrasos, as roças eram plantadas fora de época, comprometendo o resultado do cultivo e da colheita. Os projetos de piscicultura e de criação de galinhas não tiveram o acompanhamento adequado. O atraso do repasse dos recursos ocasionou a falta do fornecimento de ração para a alimentação dos animais e fez com que, com o tempo, essas atividades fossem extintas. Os *Akwẽ-Xerente* ressaltaram que a burocracia atrapalhou bastante a compra de maquinários, de carros e, principalmente, de insumos agrícolas, pois o processo de licitação é demorado e, na maioria das vezes, os produtos chegavam com bastante atraso, o que prejudicou fortemente a evolução das roças mecanizadas, por exemplo, conforme ressaltou o Sr. R. Xerente.

Teve uma coisa que eu falo que foi uma regra errada, mas que os especialistas do Tribunal de Contas disse que foi uma coisa que eles acharam muito certo, até porque não houve desvio de recurso, não comprova até hoje que tem 1 cruzeiro roubado do Procambix. O que houve realmente foi uma situação de criar dificuldades para a aplicação de recursos. Você pega um recurso privado, lança na conta do governo federal e joga ele de volta para os índios no SIAFI [Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal] e os índios vai ter que trabalhar com o SIAFI. Então, quando você lança qualquer recurso no SIAFI, para você comprar um carro desse daqui, o que você precisa

fazer? Licitação, pregão eletrônico! E leva quanto tempo? [...] eu não gosto disso e tivemos que aprender forçado. Aí, você acha alguma coisa aqui no mercado local de 10 reais, mas, com esse recurso no SIAFI, você não pode comprar, pois você tem que fazer uma licitação de nível nacional, o pregão eletrônico, né?! Aí, tem um produto lá do Paraná para chegar aqui nos Xerente. Às vezes, você precisava desse recurso para amanhã e ele vai chegar daqui a 60 dias. (Sr. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes acrescentados).

Dessa forma, diante de vários problemas apresentados durante a implantação do Procambix, Lima (2016) ressalta que

As críticas dos indígenas e organizações de apoio a estes, ao programa, foram extensas, especialmente em relação à burocracia e aos resultados alcançados abaixo do esperado, principalmente em relação às roças e à criação de galinhas. (LIMA, 2016, p. 169).

Pela falta de resultados precisos do Procambix, Lima (2016) e Santos (2015) lembram que foram inúmeras as reuniões entre as lideranças indígenas, a Funai, o Ministério Público, a Investco e o Naturatins para a renovação do Programa. No entanto, não obtiveram sucesso, pois a prorrogação não foi aprovada pela empresa, o que, de acordo com os indígenas entrevistados em nossas pesquisas de campo, comprometeu ainda mais os resultados do Programa, já que muitas ações demandam altos recursos financeiros para a sua manutenção, como a roça mecanizada, por exemplo.

Conforme já descrevemos, o conselho-gestor foi formado por 12 membros, com seis indígenas e seis não indígenas, sendo que os indígenas foram escolhidos em assembleias realizadas por eles mesmos. De acordo com Santos (2015), entre o povo Akwẽ-Xerente, o processo de escolha de representantes foi marcado por muito conflito. Isso, conforme o autor, se dá devido ao sistema de clãs e partidos que caracteriza a organização social dos Akwẽ-Xerente. Por isso, os diferentes grupos não conseguem chegar a um consenso acerca de um determinado assunto. Dessa forma, havia questionamentos em relação a atuação de certos representantes, que eram muitas vezes vistos como parciais, pois faziam reivindicações que beneficiavam apenas a sua aldeia. Além disso, para cada conselheiro havia um suplente, sendo comuns os conflitos entre eles.

Lima (2016) também lembrou os conflitos entre as lideranças indígenas e os membros do conselho-gestor do Procambix, destacando as lideranças tradicionalmente legitimadas (como os caciques e os anciãos) e as novas que surgiam a partir do Procambix (os membros do conselho-gestor). A autora destaca, ainda, que, mesmo participando da

escolha dos conselheiros, os caciques questionavam a atuação das novas lideranças e, muitas vezes, cobravam ações que não podiam ser resolvidas ou executadas pelos conselheiros, uma vez que estes não podiam fugir do que era previsto no Programa.

Dessa forma, Santos (2015), quando ressalta que eram constantes os questionamentos sobre a atuação dos conselheiros por parte dos caciques, aponta:

[...] Evidenciava-se, neste contexto, uma tensão entre lideranças tradicionalmente legitimadas e sujeitos recentemente “empoderados”. Os caciques cobravam ações que não necessariamente podiam ser executadas pelos conselheiros, mas estes, considerando o respeito que deviam aos primeiros, não se viam em condições de contestar. (SANTOS, 2015, p. 212).

Conforme o autor, ficou claro o desconhecimento dos conselheiros indígenas sobre questões burocráticas, principalmente sobre administração e aplicação dos recursos, sendo necessário qualificá-los para isso. Durante a nossa pesquisa de campo (2018), ficaram constatadas as afirmações de Santos (2015). Um dos membros do conselho-gestor nos disse que o motivo dos conflitos era a desconfiança por parte de alguns que consideravam que uma aldeia recebia mais recurso que outra, e muitos não compreendiam bem como era feita a divisão dos recursos. Mas alguns disseram, também, que nem os membros do conselho-gestor compreendiam bem como o recurso era dividido, pois a decisão sobre isso não lhes cabia.

Dessa forma, Lima (2016) observou que a articulação com outros espaços de poder se dava muito mais a partir das entidades do que pela participação dos indígenas, pois estes eram considerados apenas como beneficiários do Procambix. Assim, a partir da revisão bibliográfica e das entrevistas que realizamos, consideramos que os Akwẽ-Xerente foram destituídos de sua própria identidade. Por mais que as ações previssem a sua participação, eles eram inferiorizados em suas relações de poder com os técnicos do Programa. Dessa forma, a colonialidade, para a qual a ciência é o único conhecimento válido e que, por isso, inferioriza o de outros povos, ainda se mantém viva no cotidiano (QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006; DUSSEL, 2005), o que é perceptível no Procambix. Nessa direção, Lima (2016) complementa que prevalece o

[...] entendimento de que os conselhos, enquanto órgãos colegiados, ao se apoiarem numa concepção consensual de participação, naturalizam o embate político entre interesses diversos em vez de politizar os conflitos sociais. Assim, nessa linha de pensamento, um terceiro elemento que merece menção relaciona-se ao fato de que, dentro de uma perspectiva consensual,

planejamento e gestão acabam resultando numa identidade territorial reificada que corrobora para formas específicas de organização territorial, sem questioná-las, as quais, por sua vez, reforçam a centralidade das instituições criadas para operarem o Programa. (LIMA, 2016, p. 172).

Dessa forma, conforme a autora, o Procambix contribuiu tão somente para incluir uma pequena parcela dos Akwẽ-Xerente nas ações, de forma acrítica. Nesse sentido, favoreceu a geração de conflitos entre eles, acirrando-se de tal maneira que, inclusive, levou à desintegração das aldeias, como abordaremos mais à frente.

Outra questão levantada por Santos (2015) é a sustentabilidade das atividades produtivas nas terras indígenas Akwẽ-Xerente. O maior interesse dos indígenas era na roça mecanizada, que exigia uma maior aplicação de recursos financeiros anuais, porém, o Procambix tinha data para acabar e o pedido de renovação não foi atendido. Dessa forma, conforme o autor (SANTOS, 2015), ficou evidente que esse objetivo do programa não foi bem sucedido. A roça mecanizada foi a atividade mais lembrada pelos indígenas durante os diálogos que estabelecíamos no decorrer de nossa pesquisa de campo. Essas roças foram pensadas em substituição àquelas de várzea (as quais foram destruídas devido à alteração do fluxo de água em razão da construção da usina de Lajeado), para o plantio de arroz, feijão, milho e mandioca. Porém, de acordo com os indígenas, não são suficientes para alimentá-los durante o ano, como acontecia com as de várzeas.

Nessa linha de pensamento, Lima (2016) concluiu:

Assim, do ponto de vista produtivo, pode-se verificar que não foram expressivos os resultados alcançados pelo Programa. Ao contrário, parecem indicar uma maior fragilização das condições de reprodução da própria existência. (LIMA, 2016, p. 171).

Santos (2015) ressalta também que, como complemento à lavoura mecanizada, a coordenação do Programa apresentou projetos alternativos, como a piscicultura, a bananicultura e a apicultura. No entanto, grande parte dos caciques não se interessava por essas atividades, dando preferência à pecuária, o que, para o autor, é compreensível, dada a necessidade de encontrar proteínas para a substituição da caça, que foi reduzida no território Akwẽ-Xerente, e também pela facilidade do manejo.

Dessa forma, fica evidente que os projetos desenvolvimentistas, sobretudo os grandes empreendimentos, vêm aumentando a pressão sobre o território Akwẽ-Xerente, interferindo sobremaneira na soberania alimentar desse povo. Eles nos informaram

também que, com o fim do Procambix, não foi possível continuar com a maioria dos projetos, pois os recursos acabaram e as atividades demandavam altos gastos financeiros.

Dos projetos do Procambix ainda existentes, Lima (2016) ressalta a bovinocultura, pois algumas cabeças de gado que ainda restam são criadas soltas no Cerrado, apesar das várias reclamações dos indígenas de que as reses destroem as roças. Em nossa pesquisa de campo na aldeia Porteira, em 2018, os indígenas nos informaram que foi necessário abater todo o gado, pois este destruía os seus quintais e as plantações:

[...] Era uma tentação. O gado entrava aqui e comia tudo, comia as frutas, as plantações, os remédios... não tinha como não. Nós teve que matar e dividiu tudo entre os parente. (Sra. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Com relação às vazantes (roças de várzeas), o que ainda é nelas produzido, como o arroz, feijão, banana, mandioca, batata etc., não é suficiente para alimentá-los o ano todo, sendo necessário, portanto, complementar a alimentação com gêneros alimentícios da cidade.

Com relação à desintegração das aldeias e à formação de novas, Santos (2015) salienta:

É sabido que a lógica faccionalista que tange à organização social Xerente favorece a criação de novas aldeias, situação comum após desentendimentos e conflitos de diferentes ordens (familiares, políticos, produtivos etc.), contudo, a implementação do Procambix fomentou um incremento ainda maior neste processo, que já vinha se intensificando em virtude do aumento populacional ocorrido nas últimas décadas, após a homologação das áreas indígenas e a consequente melhoria nas condições sanitárias e alimentares. Com a possibilidade de cada comunidade, através de seu cacique, definir os tipos de atividades produtivas aos quais queriam se dedicar, muitas famílias extensas ou pequenos conjuntos destas optaram por abandonar suas aldeias de origem, criando novos núcleos populacionais. (SANTOS, 2015, p. 2013).

Em pesquisa de campo, percebemos que os Akwẽ-Xerente reconhecem que o Procambix favoreceu a criação de novas aldeias. O estopim para isso foram, segundo eles, os desentendimentos que ocorriam sobre quais atividades iriam se dedicar. As desconfianças que existiam em relação aos conselheiros acirravam ainda mais os conflitos. Conforme os indígenas, antes da implementação do Procambix, existiam no território cerca de 30 aldeias. Atualmente, em 2020, são mais de 80 aldeias.

Sobre o aumento da desintegração e a consequente multiplicação de aldeias durante a implementação do Procambix, Lima (2016) concorda com Santos (2015) e afirma que os conflitos gerados em torno do Programa (apesar de não ser o único motivo,

pois os conflitos continuaram depois dele) contribuíram para a divisão e a expansão de aldeias. Nesse sentido, torna-se evidente, conforme a autora (LIMA, 2016), que os objetivos iniciais do Procambix não foram alcançados, pois a organização do território *Akwẽ-Xerente* e os modos de vida nele foram sobremaneira modificados depois da construção da UHE de Lajeado.

Dessa forma, diante desses estudos, e com reforço dos diálogos que mantivemos com os *Akwẽ-Xerente*, ficou evidente que o Procambix, cujo objetivo era o de “implementar ações que venham a *mitigar e compensar* os Xerente quanto a impactos ambientais decorrentes da construção e funcionamento da UHE Luiz Eduardo Magalhães, garantindo assim a *sobrevivência física e cultural do grupo e a integridade física das Terras Indígenas Xerente e Funil*” (PROCAMBIX, 2001, p. 09), não obteve sucesso. Os *Akwẽ-Xerente* continuam sofrendo os impactos da hidroelétrica, principalmente no que tange às vazantes do rio, as quais consideramos o fio condutor de reprodução social e biológica desse povo.

Assim, é importante pensar a natureza como um sistema vivo, com todos os elementos interligados, no qual o homem é parte ativa. Quando se altera uma parte desse sistema, todas as outras ficam fortemente comprometidas. No caso em análise, a construção da usina de Lajeado quebrou todo o equilíbrio, alterando, inclusive, a soberania alimentar dos *Akwẽ-Xerente*. Nesse sentido, Capra (2006) ensina-nos que, quanto mais estudamos os problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. Para o autor,

São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com as populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-Guerra Fria (CAPRA, 2006, p. 23).

No caso dos *Akwẽ-Xerente*, que organizam suas atividades culturais e produtivas de acordo com os ciclos da natureza, nos períodos de seca e chuva, as roças de vazante, por exemplo, obedecem ao ciclo *seca e cheia* do rio e é uma tradicional atividade do grupo, inserida em seu universo mitológico. São pequenas plantações com uma variedade significativa de alimentos. Para Porto-Gonçalves (2006),

Um dos maiores patrimônios de que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares, forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, a altitudes as mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 211).

Assim, para o autor, há uma forte correlação entre a agricultura e a expansão e consolidação dos diversos troncos linguísticos existentes no planeta. No caso dos Akwẽ-Xerente, a prática da roça de vazante está inserida na vida desse povo há milhares de anos. Para Porto-Gonçalves (2006), isso se deve a um tipo de conhecimento de enorme importância: eles sabem que as cheias e as vazantes repõem a fertilidade do solo. A construção da usina alterou o fluxo do rio; por isso, conforme os indígenas, houve uma diminuição significativa de alimentos, o que tem feito com que se tornassem dependentes de alimentos industrializados, podendo, inclusive, alterar a sua saúde.

Outro impacto que cabe ressaltar é a diminuição de peixes, fonte importante de proteínas na base alimentar desse povo. O barramento do rio interrompeu parcialmente a rota migratória dos peixes, o que reduziu as quantidades disponíveis para a pesca. De acordo com depoimentos, a pesca acontecia todos os dias e havia abundância de peixes.

A interpretação que os Akwẽ-Xerente fazem desse fato está expressa em um depoimento de um indígena da aldeia Porteira (S. Xerente, 2014). Este relatou que, após a construção da barragem, o seu povo perdeu muito, “pois ‘magoou a mãe-natureza’ e como resposta ela diminuiu os alimentos e a quantidade de peixes; e nos últimos anos as crianças têm adoecido com frequência”. Dessa forma, a usina de Lajeado impactou os modos de vida dos Xerente, os modos de fazer e saber próprios do povo há milhares de anos e a diversidade biológica da fauna e da flora.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos considerar que a construção de grandes empreendimentos tem gerado significativas transformações socioespaciais, a partir dos impactos ambientais, socioeconômicos e culturais, mesmo que não seja necessária a remoção de habitantes, como no caso dos Akwẽ-Xerente. Com a remoção de milhares de famílias de seus lugares de vida, essas pessoas, na maioria das vezes, vão para as periferias dos centros urbanos e/ou ingressam em movimentos de resistência e de denúncias contra as mazelas trazidas pelos projetos. É importante ressaltar que os

interesses das populações atingidas não são levados em consideração e, em muitos casos, as pessoas sequer são ouvidas: são silenciadas.

A implantação de grandes empreendimentos conta com a mediação do Estado, a partir do fornecimento de infraestrutura, recursos subsidiados, criação de sistemas jurídicos/legais e, inclusive, uso da violência com o objetivo de coibir movimentos de resistência. As populações pobres estão mais vulneráveis aos efeitos desastrosos provocados pelos investimentos. As comunidades têm seus recursos de uso comum explorados pelo capital, que não se importa com o bem-estar das populações locais (principalmente a de indígenas). Com isso, a exploração capitalista dos recursos naturais deixa para trás uma paisagem ímpar: de cidades abandonadas, solos esgotados, rios assoreados, despejos de resíduos tóxicos etc.

No caso da construção da barragem de Lajeado, esta causou enormes prejuízos ao povo Akwê-Xerente, levando-o a questionar as ações compensatórias das empresas construtoras da usina. Para os indígenas, o que tem sido feito não compensa as enormes perdas que tiveram a partir da construção da barragem. Como o rio Tocantins, onde foi construída a barragem, é o seu meio de vida, os Akwê-Xerente sofreram a perda de parte do território e a diminuição de alimentos para a comunidade. Nesse sentido, a construção de usinas hidrelétricas, conforme a matriz energética adotada pelo Brasil, tem sido motivo de preocupação de estudiosos e da sociedade civil organizada, dados os diferentes impactos que elas causam. Dessa forma, surgem vários conflitos entre as empresas construtoras dos empreendimentos e a população atingida, transformando esses lugares em verdadeiros territórios em disputa.

Portanto, a construção da usina de Lajeado trouxe problemas significativos ao território, principalmente no que se refere à produção de alimentos, devido às alterações no sistema de vazante e também na queda da quantidade de peixes, principal fonte de obtenção de proteínas. O Procambix, que seria uma medida para tentar solucionar e/ou amenizar os problemas causados por Lajeado, não trouxe os efeitos esperados, mas, pelo contrário, aprofundou ainda mais o processo de precarização do território, pois destruiu o que para os Akwê-Xerente é o maior bem que a natureza lhes oferece: as roças de vazante. Salientaram também que a usina de Lajeado lhes trouxe prejuízos monetários, pois agora precisam dispor de dinheiro para pagar o alto valor da energia elétrica, que é produzida, conforme disseram, a partir do seu patrimônio.

A construção da usina de Lajeado e a implantação do Procambix, além de acarretarem perdas irreversíveis, como na fauna e na flora, conforme alguns afirmaram, estão levando os Akwê-Xerente a perderem sua cultura. Isso ocorre pela diminuição dos dias de festas, pela falta de condições de alimentar a todos por longos dias, pela falta de interesse dos mais jovens pela cultura e pela dependência da cidade em termos alimentícios. Os Akwê-Xerente lutam para amenizar as perdas sofridas e, para isso, têm a sua cultura como trunfo para (re)existir às imposições colonialistas que rondam o seu território.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003.** 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Tradução de N. R. Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas.** Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

FOSCHIERA, A. A.; BATISTA, L. S.; THOMAZ JÚNIOR, A. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO. **Pegada: a revista da Geografia do Trabalho.** v. 10, n. 1. p. 134-146, jul. 2009.

FUNAI/INVESTCO S/A. **Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX): preservação Xerente é o X da questão.** Palmas, 2001, 2002 p. Relatório.

GARCÍA-TONEL, F. C. **Sociedades y territorios em riesgo.** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y El fin del capitalismo.** Quito: Editorial IAEN, 2014.

LIMA, G. B. L. **Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais.** 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas**. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

SANTOS, M. M dos. Além dos impactos: reflexões sobre licenciamento ambiental e o Programa de Compensação Ambiental Xerente. In: SILVA, R. P. da (Org.). **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos**. Palmas: Nagô Editora, 2015, p. 201-2017.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

VAINER, C. B. **Águas para a vida, não para a morte**. Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br>>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VENÂNCIO, M. **Vozes silenciadas no território indígena Akwe-Xerente: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins**. 2020. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. Tradução de D. F. da Cruz. São Paulo, 2007.

ZITZKE, V. A. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. 405f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Recebido em 29/11/2020. Aceito para publicação em 28/03/2021.
--